

O Papel da Mudança de Hábito no Pragmatismo Evolucionista de Peirce

The Role of Habit Changing in Peirce's Evolutionist Pragmatism

Lucia Santaella

Comunicação e Semiótica/PUC-SP
lbraga@pucsp.br

Resumo: Depois de 1900, Peirce esteve empenhado no desenvolvimento de sua teoria dos signos, particularmente na teoria dos interpretantes, e, ainda mais especificamente, na teoria dos interpretantes lógicos, pois nestes estaria a pedra de toque para a unificação do pragmatismo com a teoria dos signos. Em 1907, ele declarou que o problema do significado de um conceito intelectual só poderia ser resolvido com o estudo dos interpretantes, ou efeitos propriamente significados dos signos. Foi nesse contexto que Peirce elaborou sua famosa subdivisão dos interpretantes em emocional, energético e lógico. Em 1968, Peirce havia afirmado que o interpretante de um pensamento é outro pensamento e que esse processo é teoricamente infinito. Muitos autores impressionados com essa afirmação, sem se darem ao trabalho de seguir o desenvolvimento desse conceito ao longo da obra de Peirce, concluíram pela tão citada semiose infinita. Umberto Eco, por exemplo, foi um dos autores a tirar partido dessa noção de infinitude. O objetivo deste trabalho é discutir a transformação por que esse conceito de interpretante passou na obra peirceana, especialmente depois de 1907, quando Peirce introduziu sua noção de interpretante lógico. Essa noção mudaria a idéia – que infelizmente continua sendo tão propalada – de que a semiose é um processo infinito abstrato, sem conexão com o agir humano. Se assim fosse, a semiose não teria conexão com o pragmatismo. Quando descobriu o papel do interpretante lógico no hábito e do interpretante último na mudança de hábito, Peirce aliou a natureza processual da semiose com o pragmatismo. Dessa síntese resultou o caráter evolucionista do seu pragmatismo.

Palavras-chave: Interpretante lógico. Semiose. Hábito. Pragmatismo.

Abstract: *After 1900, Peirce engaged himself in the development of his theory of signs, particularly in the theory of interpretants and even more specifically in the theory of the logical interpretants, since the latter represented the touchstone for linking pragmatism to the theory of signs. In 1907, he declared that the problem of what the "meaning" of an intellectual concept is could only be solved by the study of the interpretants, or the proper significant effects of signs. It was within this concept that Peirce developed his famous subdivision of interpretants in emotional, energetic and logical. Peirce stated in 1968 that the interpretant of a thought is another thought, and that this process, theoretically, is infinite. Many authors impressed with this assertion, and without bothering to follow the progress of this concept throughout Peirce's*

works, favored that infinite semiosis, so often referred to. Umberto Eco, for instance, was one author who made extensive use of this notion of infinitude. The aim of this paper is to discuss the transformation that this concept of interpretant has undergone in Peircean works, particularly after 1907, when Peirce introduced his notion of the logical interpretant. This notion would come to change the idea – which unfortunately continues widespread – that semiosis is an abstract infinite process, unconnected with human action. Were it so, semiosis would bear no relation with pragmatism. When Peirce discovered the role of the logical interpretant in habit, and of the ultimate interpretant in the change of habit, he combined the processual nature of semiosis with pragmatism. From this synthesis derived the evolutionist character of his pragmatism.

Key-words: *Logical interpretant. Semiosis. Habit. Pragmatism.*

Ao concluir meu artigo sob o título de “Chaves do pragmatismo peirceano nas ciências normativas”, apresentado no 2º. Encontro sobre o Pragmatismo, e publicado em *Cognitio* 1 (SANTAELLA, 2000a), deixei para outra ocasião a discussão da teoria dos interpretantes lógicos de Peirce, em especial dos interpretantes sob a forma de hábito e mudança de hábito, fundamentais para apoiar sua versão madura e evolucionista do pragmatismo. Pois bem, chegou o momento de enfrentar a tarefa antecipada há três anos, pois esta apresentação tem por finalidade justamente evidenciar como Peirce unificou o pragmatismo com a teoria dos signos por meio do papel desempenhado pelo interpretante último, ou mudança de hábito, no seu pragmatismo evolucionista.

1. A teoria dos interpretantes

A questão dos interpretantes, especialmente no que diz respeito à classificação dos interpretantes, é um aspecto complexo e ainda não inteiramente consensual na teoria dos signos de Peirce. A apresentação que farei a seguir é bastante sintética, pois um exame detalhado das classificações dos interpretantes aparece em meu livro *A teoria geral dos signos* (SANTAELLA, 2000b, p. 61-87). Esse exame baseou-se na consulta cuidadosa dos escritos de Peirce e na seleção de comentadores que me pareceram os mais coerentes no tratamento que deram à questão.

Antes das classificações, é preciso entender o significado que Peirce deu ao termo “interpretante”. Esse termo já foi inventado pelo Peirce juvenil. Apareceu nos seus escritos, pela primeira vez, em 1866 (W1, p. 464-465). Um ano depois, no seu célebre estudo “Sobre uma nova lista de categorias” (CP, 1.545-1567; W2, p. 49-59; EP1, p. 1-10), a palavra já era empregada com desenvoltura. Nessa época, e sem modificações muito substanciais futuras, o interpretante era entendido como o terceiro termo da relação triádica que constitui o signo, como está expresso em uma de suas definições clássicas:

Um representamen é o sujeito de uma relação triádica de um segundo, chamado de seu objeto, para um terceiro, chamado de seu interpretante, sendo essa relação triádica de tal ordem que o representamen determina que seu interpretante fique na mesma relação triádica para com o mesmo objeto para algum interpretante (CP, 1.541).

Essa definição é bastante abstrata e de difícil compreensão à primeira vista. Há muitas outras variantes mais acessíveis. Em todas elas, permanecem pelo menos duas importantes constantes: (a) o interpretante não se confunde com o intérprete. Trata-se de um conceito mais amplo do que o de um indivíduo que interpreta um dado signo. O interpretante, na verdade, é outro signo, que mantém com o objeto uma relação de representação similar àquela que o signo mantém, de modo que o signo funciona como um mediador entre o objeto e o interpretante, este, por sua vez, determinando outro interpretante, e assim sucessivamente. Disso decorre a segunda constante: (b) o objeto regride ao infinito e o interpretante progride ao infinito.

A progressão dos interpretantes, gerando interpretantes infinitamente, deu origem àquilo que, grandemente sob influência da leitura particular que Umberto Eco fez de Peirce, ficou conhecido como semiose infinita, isto é, a ação do signo de gerar novos signos, ou, como quer Eco, a interpretação da interpretação da interpretação etc., num processo sem fim.

Infelizmente, essa concepção do interpretante, divulgada nos escritos de Eco, ignora que tal definição foi passando por algumas modificações ao longo do desenvolvimento da obra peirceana. Embora, de fato, as modificações não cheguem a abandonar o espírito da noção do interpretante forjada na juventude de Peirce, o conceito foi ficando cada vez mais sofisticado, as distorções interpretativas a que a semiose infinita está sujeita foram sendo corrigidas por meio da especificação das sutilezas do processo interpretativo, para culminar na integração da teoria dos signos ao pragmatismo.

Do final dos anos 1860 até os anos 1890, o conceito do interpretante passou por uma longa hibernação (BERGMAN, 2003, p. 8). Pelo menos explicitamente, o termo desapareceu dos escritos de Peirce, preocupado que estava, nesses anos, com outros problemas. Quando retornou, o conceito surgiu em definições de signo menos abstratas do que as originais, nas quais o interpretante aparece como um signo mental, algo que é produzido sob efeito de uma excitação que o signo provoca na mente do intérprete, como se pode verificar em outra passagem bem típica desse segundo período:

O signo é algo que serve para produzir conhecimento sobre alguma outra coisa, “para” a qual o signo “está” (*stands for*) ou representa. Essa outra coisa é chamada de objeto do signo; a idéia que o signo excita na mente, que é um signo mental do mesmo objeto, é chamada de interpretante do signo. (EP2, p. 13).

É bem verdade que, em uma carta a Jourdain, em 1908 (apud FISCH, 1978, p. 55), Peirce confessou que foi obrigado a limitar sua definição de signo porque se desesperou de fazer sua definição generalizada compreensível às pessoas. Em uma carta a Lady Welby, ele chegou a dizer que a facilitação de sua definição de signo era uma colherada de sopa que ele oferecia a Cerberus, o cão na porta do inferno (SS, p. 81). Para alguns, essa facilitação acabou por prejudicar sua noção de signo muito mais do que facilitar, pois deu origem a corruptelas reducionistas, como aquela, por exemplo, que é muito empregada na psicanálise de linha lacaniana, que faz referência ao signo peirceano como aquilo que representa algo para alguém.

Sejam quais forem os mal-entendidos, a hipótese com que tenho trabalhado é a de que só as classificações do interpretante que surgiram depois de 1900, portanto, em um terceiro período de gênese da noção do interpretante, podem ajudar-nos a sair dos impasses, pois são essas classificações que colocam nos seus devidos lugares o papel do intérprete, o aspecto psicológico e o aspecto coletivo do interpretante, sua concretização conjuntural e sua tendência para o infinito.

2. As divisões dos interpretantes

Embora a classificação dos interpretantes seja ainda assunto controverso entre os comentadores, como já adiantei acima, não pretendo pôr as controvérsias em discussão. Ao contrário, apresentarei uma versão que construí com base em estudos de especialistas que me pareceram os mais coerentes no cotejo com os escritos de Peirce.

Em 1903, Peirce resenhou o livro de Lady Welby, de onde nasceu uma relação pessoal a distância que seria de importância fundamental para o desenvolvimento da teoria dos signos, realizada em grande parte na correspondência entre Peirce e Welby. No seu livro, Welby distinguia três níveis de significação: sentido (*sense*), significado (*meaning*) e significância (*significance*). Imediatamente, Peirce encontrou aí uma correspondência não só com os três estágios do pensamento em Hegel (ver CP, 8.174), mas também com os três graus de clareza na compreensão dos símbolos predicativos que o próprio Peirce havia estabelecido muitos anos antes, em 1878, no seu ensaio “Como tornar claras nossas idéias” (CP, 5.388-410; W3, p. 257-276).

Foi depois dessa resenha, em 1904, que Peirce começou a desenvolver sua divisão dos interpretantes em imediato, dinâmico e final. Uma longa discussão dessa divisão encontra-se em *A Teoria geral dos signos* (SANTAELLA, 2000b, p. 68-77); por isso, limito-me aqui a apresentar uma brevíssima explanação com base em uma síntese enunciada por Peirce. O signo tem três interpretantes: “seu interpretante como representado ou visado (*meant*) para ser entendido; seu interpretante como ele é produzido, e seu interpretante em si mesmo” (CP, 8.333).

Como se pode ver, essa tríade corresponde ponto a ponto às três categorias. O interpretante imediato é primeiridade; é o potencial inscrito no próprio signo para significar. Por isso mesmo, esse interpretante é interior ao signo; ele pertence objetivamente ao signo, e independe do encontro do signo com qualquer intérprete, quando este colocará pelo menos uma parte desse potencial em ação. O interpretante dinâmico é secundidade; é o interpretante efetivamente produzido. É, portanto, o fato empírico e psicológico, no caso do intérprete humano, da interpretação, correspondendo aos resultados factuais do entendimento do signo. Quando o signo atinge um intérprete qualquer, produz-se na mente desse intérprete um efeito. Não importa de que ordem seja esse efeito, ele é outro signo ou quase-signo que, não obstante tenha uma natureza mental, acaba por encontrar um caminho de projeção em um signo externo.

O interpretante final ou interpretante normal, ou ainda, interpretante em si, é uma tendência, um limite último, pensável, mas não concretamente atingível, de realização da interpretabilidade do signo, inscrita no interpretante imediato. Essa interpretabilidade vai se realizando empiricamente por meio dos interpretantes dinâmicos, que são atualizações mais ou menos adequadas dessa interpretabilidade. Se fosse possível atingir o limite último de tal interpretabilidade, o interpretante final estaria plenamente realizado. Como isso é impossível, pois nunca estamos em condições de dizer que tal ou qual interpretante dinâmico é o interpretante final de um dado signo, quaisquer interpretantes dinâmicos estão sempre a meio caminho do interpretante final, que é, portanto, um limiar sempre em devir.

Fica visível que, com essa classificação, Peirce resolveu vários problemas que, para alguns intérpretes desavisados, ainda parecem insolúveis. Não temos espaço aqui para discutir cada um desses problemas, como, por exemplo, a afirmação peirceana de

que “não é necessário que o interpretante deva realmente existir. Um ser *in futuro* será suficiente” (CP, 2.92) para que haja uma relação triádica. Ou ainda, a postulação peirceana de que o interpretante não é o intérprete, do que apressada e absurdamente costuma ser concluído que o intérprete não desempenha nenhum papel na teoria peirceana do interpretante, além de algumas outras vãs discussões sobre falsos problemas que a classificação dos interpretantes pode levar-nos coerentemente a resolver.

As controvérsias maiores relativas às divisões do interpretante não são devidas estritamente a essa primeira tríade de interpretantes, mas ao fato de que, em 1907, no seu famoso manuscrito 318, Peirce apresentou uma nova tricotomia dos interpretantes, também relacionadas com as três categorias. São eles o interpretante emocional, o energético e o lógico. A sobreposição de duas tríades de interpretantes, sem que Peirce tenha deixado menção alguma sobre a relação existente entre ambas, tem confundido muitos comentadores, e outras vãs sutilezas têm sido gastas em infundáveis discussões sobre o entendimento dessas duas tríades. Seguindo ainda o caminho da coerência interpretativa dos comentadores no cotejo com os escritos de Peirce, fazendo uso de metodologias empregadas em análises do discurso, cheguei à conclusão de que a segunda tríade, relativa ao interpretante emocional, energético e lógico, só pode ser primordialmente uma subdivisão do interpretante dinâmico, podendo também ser logicamente estendida para uma subdivisão do interpretante imediato e final. Fiquemos apenas na subdivisão do interpretante dinâmico (para mais detalhes sobre isso, ver SANTAELLA, 2000b, p. 78-87), que parece suficiente para as finalidades aqui pretendidas.

Se o interpretante dinâmico é “aquilo que é experienciado em cada ato de interpretação” (SS, p. 111), se ele é o efeito efetivamente produzido na mente de intérpretes situados, então esse efeito pode ser de três níveis: o emocional, o energético e o lógico. Esses três tipos de interpretantes dizem respeito, portanto, aos efeitos significados do signo, isto é, àquilo que o signo efetivamente produz ao encontrar uma mente interpretadora. O primeiro efeito significado do signo é puramente emocional, a saber, o sentimento produzido pelo signo. Na maior parte das vezes, trata-se apenas de um sentimento imperceptível de reconhecimento ou familiaridade que cede passagem a uma sensação de esforço, o interpretante energético, que, em geral, também é tão leve a ponto de não ser notado, rumo à atualização de um interpretante lógico, cuja regra já está tão automatizada que toda a operação interpretativa se dá sem que tenhamos nenhuma especial notícia dela.

Por vezes, no entanto, na audição de uma peça musical, por exemplo, se estivermos suficientemente desarmados, disponíveis, porosos, o efeito proeminente será o do sentimento, pura impressão qualitativa positiva e inconseqüente. Assim também, diante de algo que nos assusta ou desafia, o interpretante energético será dominante, exigindo resposta ativa e direta. O caso do interpretante lógico, contudo, merece um pouco mais de atenção.

O desenvolvimento desses três tipos de interpretante se deu no contexto da revisão a que Peirce estava submetendo seu pragmatismo. Para ele, “o problema do que seja o significado de um conceito intelectual”, questão fundamental para o pragmatismo, “somente pode ser resolvido pelo estudo dos interpretantes, ou propriamente dos efeitos significados dos signos” (CP, 5.475). Nesse contexto, o conceito do interpretante lógico é o mais importante.

3. O interpretante lógico como hábito

Peirce identificou o interpretante lógico ou fato mental com o significado ou efeito significativo próprio de um conceito intelectual. Em 1868, ele havia dito que o interpretante de um pensamento é outro pensamento e que esse processo é teoricamente infinito. Mas em 1907, à luz do seu segundo pragmatismo, Peirce estava buscando um interpretante lógico que não tivesse a natureza de um conceito. Se o interpretante lógico é definido apenas como a apreensão intelectual do significado do signo, esse interpretante lógico resultante exigirá um interpretante lógico ulterior, e assim *ad infinitum*. Sem descartar a existência desses interpretantes lógicos que têm a natureza de signos, Peirce buscava interpretantes lógicos que conduzissem o pensamento à porta da ação deliberada. De que se tratava de algum tipo de fato mental, Peirce não tinha dúvida. Entretanto, que tipo de fato mental poderia ser?

As concepções, como já vimos, foram descartadas também porque, embora sejam, de fato, interpretantes lógicos, elas não podem funcionar como uma explicação da natureza destes, pois, que eles são conceitos, nós já o sabemos. Em continuidade, para desempenhar o papel do interpretante lógico, foram também analisados os desejos e expectativas, mas estes foram descartados porque não têm uma aplicabilidade geral, exceto à medida que estiverem atados a um conceito. Os desejos também foram rejeitados porque são efeitos do interpretante energético. Por exclusão, Peirce chegou, então, ao hábito como interpretante lógico. De fato, não há nada que possa melhor preencher a definição de interpretante lógico do que o hábito. A regra ou hábito, diz-nos SAVAN (1976, p. 43-4),

é um padrão de ações que, sob certas condições apropriadas, será repetido indefinidamente no futuro [...] As ocorrências da regra ou hábito se dão em um conjunto particular de ações dentro de um período de tempo limitado. Esses conjuntos de ações particulares são interpretantes energéticos; mas, uma vez que exemplificam um hábito indefinidamente repetível, eles também são réplicas de interpretantes lógicos. Note-se que, enquanto os interpretantes emocional e energético têm uma terminação finita, o interpretante lógico é sempre potencialmente repetível sem terminação.

Assim sendo, faz parte do interpretante lógico, concebido como hábito, regular e governar ocorrências particulares, pois ele carrega alguma implicação concernente ao comportamento geral de algum ser consciente, transmitindo mais do que um sentimento e mais do que um fato existencial, quer dizer, transmitindo o “seria” e o “faria” do comportamento habitual. Ora, só o hábito é capaz dessa real continuidade, não apenas porque ele pode ser exercido em várias ocasiões, mas porque regula os eventos que ocorrem sob seu governo. Enquanto os eventos existentes são descontínuos, transitórios, o hábito é continuidade, garantia de que os particulares irão repetir-se de acordo com certa regularidade. É por isso que os hábitos precedem a ação e não vice-versa.

Note-se, contudo, que, longe de funcionar como uma força inflexível à qual as ações devem se conformar, o hábito é um princípio-guia, uma força viva, uma orientação geral que conduz nossas ações, sem aprisioná-las em uma moldura fixa. É por isso que há sempre uma certa margem de flexibilidade na maneira como as ações são reguladas pelos hábitos. É por isso também que os hábitos podem ser rompidos, com muito mais frequência e intensidade no universo humano. Isso ocorre porque, em todo o

universo, não há nada mais plástico do que a mente humana, hábil para abandonar e adquirir novos hábitos.

Foi para dar conta da plasticidade da mente humana na aquisição de novos hábitos, da qual resulta a natureza evolutiva da mente, que Peirce se voltou para a tentativa de caracterização de um interpretante lógico último. Este tem também o caráter de um hábito, mas de um tipo muito especial: “Pode ser provado que o único efeito mental que pode ser produzido e que não é um signo, mas é de uma aplicação geral, é a mudança de hábito, entendendo por mudança de hábito a modificação das tendências de uma pessoa em relação à ação” (CP, 5.476). Foi justamente esse interpretante lógico último, concebido como mudança de hábito, que possibilitou integrar a teoria dos signos com a natureza evolutiva do pragmatismo. Se não, vejamos.

4. Mudança de hábito e o pragmatismo evolucionista

O segundo pragmatismo de Peirce foi gestado no contexto das ciências normativas, e estas, na convicção de que o fim ideal do pensamento só pode nascer por meio da experiência futura. Por isso mesmo, as ciências normativas, estética, ética e lógica, têm por tarefa examinar a conformidade das coisas aos fins, examinar aquilo que deve ser em um futuro condicional, a saber, os ideais reguladores que atraem e guiam o sentimento, conduta e pensamento, respectivamente. Peirce dizia: “Se o pragmatismo nos ensina que aquilo que pensamos tem de ser interpretado em termos daquilo que estamos preparados para fazer, então, certamente, a lógica ou doutrina de como devemos pensar, deve ser uma aplicação da doutrina daquilo que deliberadamente escolhemos fazer. Essa doutrina é a Ética” (CP, 5.35).

Se a lógica lida com as inferências e argumentos que estamos preparados para aprovar e tal aprovação supõe o autocontrole, então a lógica é um caso especial da ação ética, pois é a ética que estuda os fins que estamos deliberadamente preparados para adotar. Isso situaria a ética em posição ascendente sobre as ciências normativas. Entretanto, Peirce chegou à conclusão de que a ética depende de uma ciência mais básica, a estética, cuja tarefa está em discernir o fim último de nosso empenho ético. À luz da estética, esse empenho deve estar voltado para aquilo que é admirável em si mesmo, sem nenhuma razão ulterior e que, por ser admirável, atrai nossa sensibilidade e captura nossa vontade. O ideal é estético, a adoção deliberada do ideal e o empenho para atingi-lo são éticos. A adoção do ideal e o empenho para realizá-lo sendo deliberados, dão expressão à nossa liberdade no seu mais alto grau. Depois de enfrentar muitos dilemas, Peirce concluiu que o admirável coincidia com o ideal pragmático. O mais alto grau de liberdade do humano está, assim, no admirável estético que se consubstancia no ideal pragmático. Mas o que vem a ser esse ideal?

O reexame crítico do pragmatismo havia levado Peirce a considerar, em primeiro lugar, que o ideal pragmático não deveria satisfazer os desejos de qualquer indivíduo particular, mas estar voltado para os propósitos humanos coletivos. Para responder a essa exigência, preenchendo o requisito de ser uma meta completamente satisfatória, o ideal deve ser evolutivo, estando seu significado pleno apenas em um futuro distante, sempre buscado, mas sempre concretamente adiado. Um futuro idealmente pensável, mas materialmente inatingível na sua plenitude, porque só é aproximável assinto-

ticamente. O pragmatismo havia descoberto que, no processo de evolução, aquilo que existe vai, mais e mais, dando corpo a certas classes de ideais que, no curso do desenvolvimento, mostram-se razoáveis. Esse ideal foi caracterizado como “o crescimento contínuo da corporificação da potencialidade da idéia” (MS, 283 apud KENT, 1987, p. 158).

Ora, as idéias são transmitidas na mente, de um ponto a outro no tempo, por meio do pensamento, quer dizer, por meio de signos imateriais ou imaginários, conforme Beverly Kent (ibid.) prefere chamá-los. Mas as idéias não são pensamentos materializados; elas são “certa potencialidade, certa forma que pode ou não ser encarnada num signo externo ou interno”. Pois bem, continuou Peirce (MS, 283, p. 4), para que a função do signo seja preenchida e para haver o crescimento da potencialidade da idéia, sua corporificação deve se dar não apenas por meio de símbolos, mas também de ações, hábitos e mudanças de hábitos. Pois bem, na potencialidade há primeiridade; na corporificação, há secundidade, e, na idéia, há terceiridade. Os três juntos compõem aquilo que Peirce passou a considerar como o *summum bonum* estético, coincidente com o ideal pragmatista último, a saber, o crescimento da razoabilidade concreta, o crescimento da razão criativa no mundo (ver SANTAELLA, 2000c, p. 136-40). O mais alto grau de liberdade do humano encontra-se, portanto, na adoção deliberada desse ideal e no nosso empenho ético também deliberado, na colaboração que podemos prestar, cada um de nós, para a corporificação crescente da razão criativa no mundo.

Ao mesmo tempo que engloba as três categorias, o ideal pragmático, que é também o admirável estético, tem de levar em conta o autocontrole na aquisição de novos hábitos como método pelo qual o ideal pragmático pode ser atingido. Portanto, para colaborarmos no crescimento da razoabilidade, não bastam sentimentos românticos, nem bastam voluntarismos apaixonados. Estes de nada valem, sem a necessária mudança de hábitos. E esta, por sua vez, não se opera sem a autocrítica e o autocontrole. Localizando-se a essência da racionalidade na autocrítica, uma autocrítica, de resto, que só pode nascer da heterocrítica, é na razão que se encontra a única qualidade livremente desenvolvida pela atividade humana do autocontrole.

À medida que a evolução segue o seu curso, a inteligência humana desempenha um papel cada vez maior no desenvolvimento do ideal pragmático, por meio de seu poder característico de autocrítica e autocontrole. É esse poder que está na base do interpretante último como mudança de hábito, pois esta depende de autocontrole, o controle que é exercido por meio da avaliação das conseqüências referentes aos hábitos de ação. Essa avaliação, por sua vez, é dependente da ética à medida que esta aponta para o ideal que estamos deliberadamente preparados para adotar. Esse ideal, que a estética tem por função iluminar, é o ideal pragmático último. De um lado, portanto, somos irresistivelmente atraídos pelo admirável, pelo crescimento da razão criativa no mundo; de outro lado, o poder de autocrítica e autocontrole da razão conduz nossas mudanças de hábito de modo que se permita ser a ação ética exercida rumo a esse ideal.

Fica aí explicitada, como se pode ver, a ligação indissolúvel do pragmatismo evolucionista com as ciências normativas, no cerne das quais se localiza a mudança de hábito, pois, sem mudança de hábito, não poderia haver evolução. Caracterizando-se a mudança de hábito como o interpretante lógico último, fica aí também explicitada a relação do pragmatismo evolucionista com a teoria dos signos.

Para terminar, resta apontar explicitamente para aquilo que implicitamente já ficou delineado, a saber, a relação do ideal pragmatista evolucionário com o interpretante final e o papel desempenhado pela mudança de hábito, como interpretante dinâmico

lógico último, rumo ao interpretante final sempre adiado. Estando o ideal pragmatista em permanente devir, a mudança de hábito é aquilo que produz o deslocamento constante dos interpretantes dinâmicos na direção do interpretante final, uma meta que, como já vimos, é idealmente pensável, mas concretamente inatingível, visto que a razão criativa é algo em permanente metabolismo e crescimento. Um crescimento para o qual colaboramos, à medida que nossa sensibilidade seja atraída por esse ideal e que nossos hábitos se regenerem graças à autocrítica e ao autocontrole, acionando, assim, nosso empenho ético para fazer de nós participantes, mesmo que humildes, de um processo evolutivo que visa a dar corpo, sempre mais e mais, aos ideais que se mostram razoáveis.

Referências bibliográficas

BERGMAN, Mats. Peirce's derivations of the interpretant. *Semiotica*, 144, 1/4, p. 1-18, 2003.

FISCH, Max. Peirce's general theory of signs. In: SEBEOK, Thomas A. (Ed.). *Sight, sound, and sense*. Bloomington: Indiana University Press, 1978.

HARDWICK, C. *Semiotics and signification: the correspondence between C. S. Peirce and Lady Victoria Welby*. Bloomington: Indiana University Press, 1977. Citado como SS.

KENT, Beverly. *Charles S. Peirce: logic and the classification of the sciences*. Kingston: McGill-Queen's University Press, 1997.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. C. Hartshorne, P. Weiss e A. W. Burks. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931-1958. 8 v. Citado como CP, seguido pelos números do volume e do parágrafo respectivamente. MS refere-se aos Manuscritos inéditos de Peirce, tal como foram paginados pelo Institute of Pragmaticism, Lubbock, Texas.

_____. *Writings of Charles S. Peirce: a chronological edition*. Ed. Max Fisch et al. Bloomington: Indiana University Press, 1982-. Citado como W seguido do número do volume.

_____. *The essential Peirce: selected philosophical writings*. Ed. Nathan Houser et al. Bloomington: Indiana University Press, 1992-1998. Citado como EP seguido do número do volume.

SANTAELLA, Lucia. Chaves do pragmatismo peirciano nas ciências normativas. *Cognitio*, São Paulo, n. 1, p. 94-101, 2000a.

_____. *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000b.

_____. *Estética: de Platão a Peirce*. 2. ed. São Paulo: Experimento, 2000c.

SAVAN, David. *An introduction to C. S. Peirce's full system of semiotic*. Toronto: Victoria College of the University of Toronto, 1976. (Monograph Series of the Toronto Semiotic Circle, 1).